



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

ATA DE REUNIÃO N° 09/2022

Local: Sala de reunião 3 - 2º andar da Secretaria Estadual de Meio Ambiente- SEMA

Data: 18 de agosto de 2022.

Hora: 9h às 11h30

NOME COMPLETO	INSTITUIÇÃO	ENTRADA	SAÍDA	FUNÇÃO
Glauce Tavares Monteiro	ASSCOL/SEMA	18/08/2022 09h00		Assessoria de Colegiados
Eduardo Rizzo Guimarães	SEPROR	18/08/2022 09h32		Membro
Rubens Bentes da Silva	CREA/AM	18/08/2022 09h00		Membro
Maria da Glória M. Gonçalves	UEA	18/08/2022 08h30		Membro
Sheron Torres de Macedo	SEPROR	18/08/2022 09h32		Convidada
David Hernandez oliveira	SEMA	18/08/2022 09h00		Convidado
Kátia Viana Cavalcante	UFAM	18/08/2022 09h12		Membro

DELIBERAÇÃO DO DIA

Pauta: Análise de Projeto Submetido ao FEMA intitulado “Prevenção e combate ao desmatamento e queimadas no município de Lábrea” e Análise da proposta de alteração do Regimento do FEMA (Resolução N° 31). O coordenador da câmara técnica, **Eduardo Rizzo (SEPROR)** iniciou a reunião saudando a todos, disse que a o Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) vem recebendo projetos das mais variadas temáticas e com valores variando de 60.000,00 (sessenta mil) a 2.000.000,00 (dois milhões) por isso, resolve verificar na resolução elementos quanto aos valores para que assim possa se respaldar e avaliar melhor os projetos recebidos pelo FEMA. Propôs aos membros pontuar os itens mais importantes para resolução e em seguida encaminhar ao jurídico para verificação, em sua opinião seria um trabalho prático para desenvolver. Na oportunidade, **A Secretária Executiva da SEMA, Luzia Raquel Said** informou que, como solicitado pelos membros a presença de um representante jurídico, convidou então o doutor David que é advogado e possui mais de trinta anos de experiência na gestão pública, podendo contribuir na questão da resolução ou qualquer alteração a ser feita nela. Em seguida destacou dois pontos importantes a serem discutidos, o alto valor dos projetos que o FEMA vem recebendo e também sobre o tempo de execução deles, devido as burocracias que existem para





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

formular documentos e outros processos, acredita que 1(um) ano é pouco para execução. Exemplificou falando do projeto de adaptação da Assessoria de Colegiados que foi submetido ao FEMA, disse que, quando submeteu o projeto ao FEMA foram realizados 3(três) orçamentos, mas quando foram executar, os valores das cotações já eram outros, então teve que ser readaptado e submetido a análise outra vez. Fez também uma observação para a porcentagem de contrapartida da prefeitura e estado, disse que de acordo com a Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO, a porcentagem varia de acordo com a quantidade de habitantes, até 50.000 (cinquenta mil) a porcentagem de contrapartida é de 0,5 a 2% do valor global do projeto, acima de 50.000 (cinquenta mil) é 2 a 4% do valor. Com a palavra **O coordenador da câmara técnica, Eduardo Rizzo (SEPROR)** enfatizou sobre pontuar os itens mais importantes pra colocar na minuta do regimento e talvez na próxima reunião inserir mais alguns pontos para que o regimento fique mais claro para o que precisa. Falou que um dos itens é o prazo do projeto. Neste momento **A conselheira Maria da Glória (UEA)** sugeriu a alteração do prazo para três anos. **A conselheira Kátia Viana (UFAM)** sugeriu colocar no regimento e que pudesse ser elaborado editais de curto e longo prazo, dependendo do valor do projeto. Logo após, **A Secretária Executiva da SEMA, Luzia Raquel Said** informou aos conselheiros que a SEMA está trabalhando para elaborar uma proposta de edital, logo será submetido a CTAP e posteriormente ao CEMAAM pois, está sendo cobrada pelo Ministério Público de Contas em relação a atualização dos planos de gestão dos resíduos sólidos nos municípios por isso, o Secretário Eduardo solicitou que a área técnica da SEMA elaborasse este edital para o FEMA.

partindo para a análise e aprovação do calendário de reuniões desta CT, cuja programação foi elaborada visando o cumprimento das demandas existentes. O conselheiro Henrique Pereira (UFAM), sugeriu que as reuniões sejam agendadas via *Google Calendar*, para que automaticamente a data fique marcada na agenda de cada um dos membros. Em seguida o coordenador perguntou se algum membro teria alguma objeção à aprovação do calendário. Em não havendo manifestações contrárias, o calendário foi **aprovado**, juntamente com a sugestão de utilização da ferramenta *Google Calendar*. Em seguida partiu para o próximo item de pauta, que seria a elaboração de edital para a submissão de projetos ao Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA. **O conselheiro Henrique Pereira (UFAM)**, perguntou o que de fato será discutido dentro da câmara, e se é de sua competência a elaboração de uma minuta de resolução ao CEMAAM que trate sobre a normalização da dinâmica de chamadas do FEMA, pois ao seu ver, o mais simples de ser feito no momento seria a realização de melhorias no formulário do Plano de Trabalho de submissão de projetos ao FEMA. A assessora dos Colegiados, Glauce Tavares,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

respondeu que dentro das atribuições desta CT está a competência para deliberar sobre questões de editais, tem previsão para elaborar alterações na resolução do CEMAAM, e se preferirem, podem elaborar uma minuta de edital específica, e cada material produzido dentro desta CT, passaria pela análise da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos antes de ir para deliberação na plenária do CEMAAM. O conselheiro Israel Dourado (CRBio-06) comentou que na sua opinião não deveriam elaborar um edital e sim adequar os parâmetros para projetos de pequeno, médio e grande porte, e nisso adequar temas e valores, estipulando um teto máximo para grandes projetos. A conselheira Maria da Glória (UEA) concordou com a definição de parâmetros e sugeriu que façam uma reunião para proporem um edital, com a participação de alguém da área jurídica para auxiliar nessa elaboração e também sugeriu que o formulário do Plano de Trabalho seja reformulado e se torne mais acessível, e que essa reunião seja feita de maneira presencial. **A assessora dos Colegiados, Glauce Tavares**, concordou com a realização das reuniões presenciais e disse que irá convidar a assessoria jurídica para participar das reuniões, inclusive a secretária executiva da SEMA, Raquel Said irá participar dessas reuniões. Sobre o formulário, informou que elaborou um modelo que segue o padrão do SISCONV, e colocou para apreciação dos membros da CT. O coordenador pontuou que as manifestações estão se encaminhando mais para a adequação da resolução para a submissão de projetos e para a readequação do formulário do que para a elaboração de edital. E algumas questões levantadas para serem utilizadas como parâmetros, seriam o volume total de recursos que seriam aplicados por ano, valor mínimo e máximo de propostas, se o mesmo órgão poderia submeter mais de uma proposta, prazo de execução, entre outros pontos a serem analisados, e reforçou a importância da reformulação do formulário. O conselheiro Edmar Lopes (SEDECTI), comentou que uma coisa é a proposta completa e outra é para atender a regulamentação das licitações e de gastos público, onde o projeto segue o padrão de projeto básico das secretarias de governo, e que o formulário baseado no SISCONV parece atender aos critérios e pouca coisa precisaria ser alterada, como por exemplo ter a parte de valores melhor discriminada, para que não fiquem em aberto. Para concluir, lembrou do projeto do IPAAM que não foi recomendado por esta CT e que isso o deixou desconfortável por se tratar do órgão que possibilita a arrecadação de recursos para o FEMA. O coordenador acrescentou que outro ponto a ser pensado seria a divisão de rubrica por projeto, tendo como exemplo projetos que foram só para compra de equipamentos, ou definindo quanto pode ser gasto com mão-de-obra, etc. Sobre o formulário, podem colocar algumas questões como “Qual a relação do projeto com o FEMA?”, “O que ele irá promover com relação à conservação?”, para que no final possam fazer um compilado e apresentar efetivamente o resultado que os projetos aprovados pelo FEMA conseguiram dar com relação ao objetivo de criação dele. A conselheira Maria da Glória (UEA), com relação ao projeto do IPAAM, respondeu que precisam



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

pensar muito bem no que estão aprovando para que não tenham problemas com o Ministério Público, e por isso é necessário impor limites e definir parâmetros para os projetos e comentou que é preciso acompanhamento e análise dos projetos que estão em execução, inclusive com relação a parte técnica que verifique os produtos que deverão ser os resultados dos projetos, pois tudo precisa ser verificado para evitar problemas com a prestação de contas com o TCE. A assessora dos Colegiados, Glauce Tavares, respondeu que com relação ao projeto do IPAAM, deveriam fazer uma sugestão para que reajustem os valores dentro das diretrizes, pois é justo que ele seja beneficiado com seus projetos já que é o órgão que arrecada os recursos para o FEMA. Sobre os convênios dos projetos que estão em execução, informou que pela SEMA ela é a responsável pelo acompanhamento da execução dos projetos, mas essa atribuição também é do Comitê Gestor do FEMA. A conselheira Maria da Glória (UEA), respondeu que é preciso ter um manual de prestação de contas e uma equipe que cuide disso. O coordenador Eduardo perguntou quais são as instituições da sociedade civil que compõem o Comitê Gestor. A assessora dos Colegiados, respondeu que as instituições são o CNS, CREA/AM e FAEA. A conselheira Maria da Glória (UEA) respondeu que é necessário que tenham profissionais para acompanhar a parte técnica do projeto, assim como um contador. A assessora dos Colegiados, respondeu que essa parte financeira é acompanhada pela Assessoria Financeira da SEMA. E concordou com a necessidade de elaborar um manual para a prestação de contas. Para finalizar, o coordenador Eduardo Rizzo (SEPROR) pontuou os encaminhamentos da reunião: Fazer levantamento dos principais pontos para estabelecer critérios para os projetos; rever a destinação dos recursos; alteração da resolução do FEMA; versão editável no *Google Docs* para contribuições. A próxima reunião ficou agendada para o dia 18 de agosto de 2022, a ser realizada presencialmente na SEMA. Em não havendo mais manifestações, a reunião foi dada por encerrada.

Itens de Ação

Encaminhamentos da reunião (tarefas)	Responsável	Prazo final
Fazer levantamento dos principais pontos estabelecer os critérios para os projetos;		
Rever a destinação dos recursos;		
Alteração da resolução do FEMA;		





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Versão editável do google docs para contribuições;

Próxima Reunião

Data: 18/08/2022

Início: 09:00

Fim: 11:00

Local: Presencial na sala de reunião do 2º andar da SEMA.

